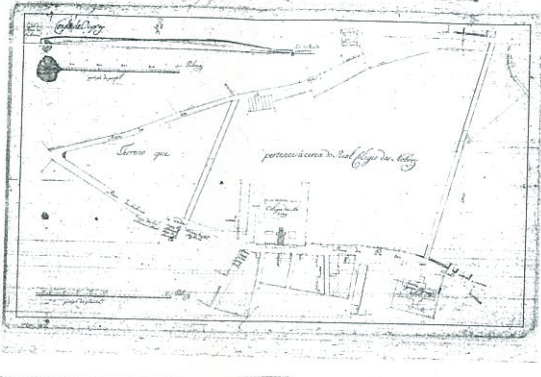


REVISITAR O PALÁCIO REBELO DE ANDRADE-CEIA NO CONTEXTO DA ARQUITECTURA RESIDENCIAL NA LISBOA PÓS-TERRAMOTO

Maria Alexandra Trindade Gago da Câmara



[Fig.1] – Lisboa. Colégio dos Nobres. Planta e perfil do terreno (1759-1769) [AHMOP, D.38 A].

designar a cumeada que se estendia desde a Rua D. Pedro V até ao Largo do Rato e ao então designado Palácio Rebelo de Andrade, mas conhecido pelo Palácio Ceia².

É efectivamente nesta zona que desde o século XVII se assiste a um intenso dinamismo urbano, reflectido ao nível da evolução urbana e do património aí projectado e construído. Primitivamente com poucas construções, este local era uma zona suburbana, constituída essencialmente por terras de cultivo. Espaço aprazível, zona de quintas e de terras usadas para o barro das olarias do Monte do Castelo.

Sítio com grandes potencialidades topográficas, foi desde cedo entendido e abordado como um local privilegiado da Lisboa Moderna, sobretudo no seguimento da expansão da cidade para Ocidente, como bem nos registou João Nunes Tinoco em 1650.³

Neste contexto, temos igualmente a salientar a criação da freguesia de Santa Isabel (1741)⁴ e a implantação da Real Fábrica das Sedas na zona do Rato (1738-1741).

Mas, apesar das pontuais intervenções filipinas e joaninas neste perímetro urbano, foram sobretudo os edifícios religiosos os elementos dinamizadores e aglutinadores da cidade, sendo factores determinantes das alterações ocorridas neste espaço, como foi exemplo o Noviciado da Cotovia, edificado na Quinta do Monte Olivete no alto da Cotovia⁵, espaço posteriormente ocupado pelo Real Colégio dos Nobres em 1761.

Como corolário do tema empreendido para este número da revista – o urbanismo e respectivas áreas afins – considerámos pertinente (re)visitar de forma muito sucinta não só um trecho da cidade de Lisboa, cuja importância para o estudo da história urbana do século XVIII se têm mostrado de grande relevância¹, como rever e reler uma das peças arquitectónicas que aí se destaca. Referimo-nos especificamente à zona da Cotovia, topónimo de origem árabe (*Kotoubia*, minarete), usado até ao século XVIII para

Uma visita ao Palácio Rebelo de Andrade-Ceia," in Actas do I Colóquio Temático – O Município de Lisboa e a dinâmica urbana (séculos XVI-XIX), CML, Lisboa 1995, pp. 139-144 e idem, "Breve nota sobre a Azulejaria do Palácio Rebelo de Andrade-Ceia" in *Olisipo*, Boletim do Grupo Amigos de Lisboa, II Série, nºs 20/21 – Janeiro/Dezembro 2004.

³ Veja-se todo o crescimento urbano da cidade para oeste como é exemplo a Vila Nova de Andrade, em conjugação como o núcleo jesuíta de São Roque/ Cotovia assinado topograficamente. Cf. Planta de Lisboa levantada por João Nunes Tinoco em 1650.

⁴ "No anno de 1741 eregio o Patriarcha D. Thomaz de Almeida esta Parrochia na Irmida de S. Ambrozio junto ao Mosteiro do Rato, tirando algumas porções dos destritos das freguesias de Santos, Santa Catarina, S. Joze e S. Sebastião da Pedreira. Antes do terramoto de 1755 constava de 1460 fogos [...]. Cf. Francisco Santana, Lisboa na 2ª metade do século XVIII. Planta e Descrição das suas freguesias, Lisboa, CML, pp.10-11.

⁵ Contando com o Noviciado da Cotovia, foram cinco as casas conventuais que se estabeleceram nesta área, durante o século XVII e início do século XVIII. Esta quinta foi doada aos jesuítas em 1597 por Fernão Telles de Menezes, sendo a primeira pedra do noviciado lançada em 1603. Cf. Júlio Castilho, Lisboa Antiga. O Bairro Alto de Lisboa, volume V, 1904, p. 25.

¹ No seguimento dos estudos e trabalhos pioneiros de José Augusto França, consulte-se para este espaço as recentes publicações: Walter Rossa, *Além da Baixa. Indícios do planeamento urbano na Lisboa Setecentista*, IPPAR,

1998 e *A Sétima Colina. Roteiro Histórico-Artístico*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994

² A abordagem a este edifício foi já feita de forma abreviada: Vejam-se: António Magalhães Baião e Rosa

Barreto, "Contribuição para o estudo do Palácio Ceia, Sede do Instituto Português de Ensino a Distância" in *Sinal*. AVS, Lisboa, Julho-Setembro 1985, pp. 64-66 e mais recentemente Maria Alexandra Trindade Gago da Câmara, "

Ainda nos meados do século XVII a cerca do Noviciado chegava à rua do Salitre, abrangendo uma vastíssima zona, como se pode deduzir pela análise da planta e perfil do terreno do Colégio dos Nobres desenhada entre os anos 58 e 69 do século XVIII [Fig. 1].

O então denominado sítio da Cotovia possuía deste modo por volta de 1741 três importantes edifícios: A Real Fábrica das Sedas, logo no início da artéria, o palácio D. Rodrigo de Noronha pertencente ao vasto Morgadio da Família Soares Noronha⁶, actual edifício da Imprensa Nacional e o já referido Noviciado da Cotovia. Hoje apenas resta a toponímia: o Beco do Colégio dos Nobres e a Travessa do Noronha. Do edifício do Colégio dos Nobres, ficou o curioso Picadeiro.

O terramoto e o conseqüente incêndio de 1755 provocaram uma grande destruição na parte mais povoada da cidade, a que corresponderam a Baixa, a encosta ocidental do Castelo e a zona oriental do Bairro Alto. Contudo, constatamos a avaliar pelas descrições⁷ que a freguesia de Santa Isabel foi uma das zonas mais poupadas pela catástrofe, “*padeceo algumas piquenas ruínas*” e “*que como se Lisboa tivera a qualidade de hydra, ou a natureza da Fenix, por cada bairro que se extinguiu, cresceram muitos; por cada casa e rua que se abraçou, renasceram multiplicadas; casas nas ruas do Curral, casas e ruas no Campo de Santa Clara casas e ruas na Cotovia...*” denotando-se ainda que todos os edifícios estavam a ser “reparados” e onde, surgiam a bom ritmo de construção novas edificações.

É fundamentalmente durante os anos imediatos ao terramoto que despontam nesta zona as grandes alterações a nível de urbanismo, não só com o rasgamento de novas artérias, como a fixação e ocupação de gente, que em muitos casos antecipa a própria urbanização como são exemplo a instalação de inúmeros abarracamentos⁸.

Aproveitando a procura de terrenos e “chãos” seguros para edificar na sequência imediata do terramoto, vimos logo nos anos seguintes o aforamento de terrenos – manifestação de iniciativa particular e privada.

Deste modo, o aforamento de muitos terrenos e a construção de novas casas nesta zona, confirma uma das evidências sociais e políticas da Lisboa pós-terramoto: a importância de uma elite emergente que vai encontrar neste espaço urbano, a sua área privilegiada de intervenção como foi exemplo o Palácio Rebelo de Andrade – Ceia.

Uma tipologia de Palácio urbano

Qualquer que seja o tipo de abordagem ao estudo da casa nobre e da arquitectura civil do período em análise, uma das questões fundamentais que se colocam ao historiador da arquitectura e do urbanismo diz respeito à própria definição de conceitos e de clarificação da terminologia utilizada neste objecto de estudo⁹.

A delimitação de termos como casa-nobre, palácio, prédio nobre de rendimento prendem-se e ligam-se a questões não só de nível tipológico, como morfológico ou até da própria utência e organicidade da habitação dita nobre.

Quando se pretende reflectir sobre a arquitectura privada de Lisboa e muito particularmente ao caso que temos em mãos como este do Palácio Rebelo de Andrade – Ceia torna-se urgente e necessário analisar a própria definição do vocábulo palácio em nosso entender e opinião talvez mal aplicada neste exemplo.

Qual o elemento que o caracteriza e que o distingue da habitação corrente deste período?

Analisando semanticamente o termo Palácio – *propriamente se diz das casas dos Reys & Principes & permissivamente dos sumptuosos e magníficos domicílios de senhores grandes*¹⁰ e que por extensão, é atribuída a muitos dos edifícios da Lisboa de Setecentos com

⁶ Também uma quinta suburbana contendo uma vasta propriedade que se estendia até à rua de S. Bento.

⁷ Vejam-se dois importantes documentos e testemunhos da Lisboa pós-terramoto: Fernando Portugal, *Lisboa em 1758 – Memórias paroquiais*, CML, ed. 1974 e *Mapa de Portugal Antigo e Moderno pelo João Bautista de Castro*, Tomo Terceiro, Parte V, 3ª edição revista e acrescentada, Lisboa 1870.

⁸ Walter Rossa, op. cit, pp. 117-118.

⁹ Relacionado com esta questão e tendo em conta a evolução do urbanismo da cidade de Lisboa ao longo do século XVIII, veja-se José Sarmento de Matos, “O Palácio e a Cidade” in *Actas do Colóquio Lisboa Iluminista e o seu Tempo*, UAL, Lisboa, 1994, pp.33-51.

¹⁰ Cf. Rafael BLUTEAU - *Vocabulário português e latino* (.), Lisboa 1712-1721, t. 6, pp. 190-191.



[Fig.2] – Palácio Rebelo de Andrade – Ceia, salão nobre, Foto Universidade Aberta

uma carga simbólica e uma conotação significativas, imponentes, erguidos para albergar a aristocracia de corte, cujo elemento palaciano barroco mais evidente é, para além da dimensão, a existência de aparatosas escadarias interiores e a introdução de um ritmo de fachada pela adopção de elementos decorativos, pensamos que para este caso, nos encontramos perante uma construção nobre pelo seu proprietário e até mesmo por algumas marcas na sua construção, mas de proporções modestas, mais especificamente *casa(s) nobre(s)* como eram designadas pelos seus contemporâneos¹¹.

Podemos afirmar, que um dos principais elementos de diferenciação passa muitas vezes pelas distintas funções dos espaços internos da habitação, e fundamentalmente pela utilização em locais estratégicos de revestimento azulejar específico e, da sua respectiva função social¹² no espaço da casa nobre ligado, também, ao uso funcional de determinado mobiliário.

Neste sentido, a ornamentação de interiores e ambientes através da figuração de motivos decorativos extraídos do um quotidiano idealizado, recriado e copiado de modelos gravados em circulação - resultando de um programa iconográfico específico - potenciava em muitos casos uma maior diferenciação da casa como é disso exemplo o Palácio Rebelo de Andrade – Ceia. [Fig.2]

Vejamus mais detalhadamente o edifício em questão, considerado uma das peças arquitectónicas importantes da arquitectura residencial em Lisboa do século XVIII.

Marcando um eixo como referimos de grande desenvolvimento urbano ao longo da segunda metade do século XVIII, a primeira e mais antiga referência que nos chega sobre este espaço, bem como de outras edificações situadas nesta artéria é a planta existente no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas [Fig.3] situada entre 1759 e 1769 onde se distinguem topograficamente as “*casas de Antonio Rebelo*”, nome associado à construção deste palácio [Fig.4].

Este documento está directamente ligado ao processo de legalização jurídica de muitos aforamentos e edificações entretanto realizadas. A escritura de aforamento que encontrámos neste conjunto foi realizada a 10 de Novembro de 1760¹³ entre o procurador - João Anveres Pacheco - de D. Rodrigo António de Noronha e Menezes e sua mulher D. Maria Antónia Soares de Noronha “*pessuidores de huma grande terra contigua ao palacio do sítio da Cotovia*” e António Rebelo de Andrade “*cavaleyro profego na Ordem de Christo, e fidalgo da caza de Sua Majestade e thezoureiro geral da Bula da Cruzada morador nesta corte na rua Fermouza*” sobre “*hum pedasso de cham cito à face da rua direita da Fábrica da Ceda, junto as casas piquenas misticas ao dito palacio na qual rua comprehende de largura cento e houtenta e tres palmos athe a frente do cunhal das cazas do D. Or Manoel José de Faria e Souza ...*”¹⁴, sendo uma das principais

¹¹ Muito frequentemente é este o termo utilizado na documentação coeva (Cartórios Notariais, Décima, Inventários Orfanológicos, entre outras fontes).

¹² Sobre esta temática veja-se o trabalho de Maria Alexandra Trindade Gago da Câmara, A “*Arte de Bem Viver*”. A encenação do quotidiano na Azulejaria Portuguesa da Segunda Metade de Setecentos, Coleção Textos Universitários F.GC e FCT, Lisboa, 2005.

¹³ IAN/TT, Cartórios Notariais, C-11, L^o 635, fls 83-83v, 0-11-1760.

¹⁴ Idem, fls 83-83v.

cláusulas “que ele Antonio Rebello de Andrade fará cazas no cham deste prazo, e assim elle foreiro como seus sucessores as conservarão sempre levantadas e reparadas, de sorte que pelo seu rendimento se possa em todo o tempo bem pagar o dito foro anual...”¹⁵

¹⁵ Idem, fls 83-83v.

É interessante observar que uma das obrigações do novo foreiro é de facto construir casas, confirmando-se mais uma vez a dinamização da urbanização desta zona e todo um processo tradicional mas activo de “fazer cidade” em pleno período pós – terramoto, elegendo-se e apresentando-se esta zona deliberadamente como um núcleo urbano alternativo¹⁶ até ao século XIX.

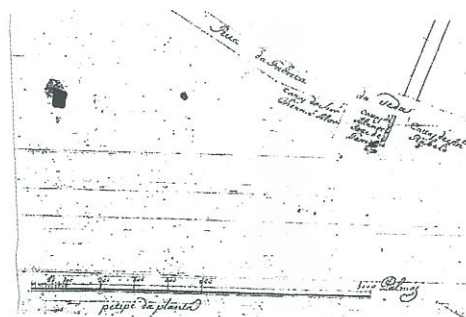
António Rebello de Andrade afora então estes terrenos e manda construir a sua residência. Pela compilação de algumas notas genealógicas sobre a Família Rebello de Andrade foi possível reconstituir um percurso bastante acidentado sobre os proprietários do Imóvel: António Rebello de Andrade herdou do seu pai o lugar de Meirinho da Santa Inquisição; em 1717 obteve a mercê do hábito de Cristo com a respectiva terça, por intercessão de seu tio José Rebello de Andrade em resultado de promessa feita por D. Pedro II a seu avô paterno. É nomeado em 1731 Tesoureiro Geral da Bula da Cruzada e é accionista fundador da Companhia do Grão Pará criada em 1755 pelo Marquês de Pombal. Em 1741 acumula o cargo de Tesoureiro do Ouro.

Homem directamente ligado ao poder pombalino possuía grande fortuna com propriedades em Lisboa, e também em Oeiras (há referências à posse do Palácio da Quinta da N^a Senhora do Egipto) e Chamusca, posteriormente conhecida pela Quinta do Arrepiado. Em 1762 recebe de D. José mercê de vários “ Padrões de Juros nos Armazéns “. Morre em 1763 e é sepultado em Oeiras, sendo hoje visível a lápide existente na fachada principal da Igreja paroquial de Oeiras onde se lê “tendo a responsabilidade da Construção o Cavaleiro da Ordem de Cristo António Rebello de Andrade...”.

Por morte deste, o palácio fica a pertencer à viúva e aos filhos que em 1769 passaram a habitar o andar nobre. Em 1779 morre a sua mulher D. Francisca de Assis e Seixas nesta residência.

A história da posse desta casa e dos seus futuros proprietários é acidentada e confusa. Sabemos pelo olisítopografo Matos Sequeira¹⁷ algumas referências quanto à propriedade do palácio ao longo de vários épocas que nos relata com escassas provas documentais. Limitámo-nos a indicá-los sucintamente:

Era já habitado em 1762 mantendo-se na posse da família Rebello de Andrade até 1805 data em que é vendido, desconhecendo-se quem o



[Fig.3] - Lisboa. Colégio dos Nobres. Planta e perfil do terreno (1759-1769), pormenor da localização das casas de António Rebello de Andrade.

¹⁶ Em muitos registos da Décima da Cidade para esta zona da Freguesia de Santa Isabel, onde a Cotovia se inseria, a zona aparece progressivamente habitada entre os anos 70 e 80 do século XVIII e em grande parte edificada com a marcação de muitas casas nobres. Veja-se Raquel Henriques da Silva, *Lisboa Romântica. Urbanismo e Arquitectura, 1777-1879*, 2, vol, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, Lisboa, 1997.



[Fig. 4] – Retrato de António Rebello de Andrade, [s.d], colecção do Engº Anónio José Pizarro Rebelo de Andrade.

¹⁷ Veja-se Gustavo Matos Sequeira, *Depois do Terramoto, Subsídios para a História Dos Bairros Ocidentais de Lisboa*, Vol. II, Coimbra, pp. 153-157.

adquiriu. No entanto, em 1812, na “Gazeta de Lisboa” de 13 de Abril, surge o aviso de venda que descreve o Palácio da seguinte forma:

*“Quer-se vender huma casa nobre, sita na Rua Direita da Fábrica das Sedas, construída de pedra de cantaria e madeiras do Brasil, com onze janelas de sacada de frente, e grande fundo, três frentes com o seu jardim e poço de nora com muita agua, grandes acomodações para a familia muito boa cocheira e cavalariça grande palheiro de aboboda.”*¹⁸

¹⁸ Cf. *Idem, ibidem*, pp. 156.

Em 1833 pertencia a Manuel de Miranda Correia negociante no Brasil, sogro do Conde de Seia, (título criado em das vidas por D. João VI) o qual o herdou após morte daquele. Foi vendido ao 2º Conde de Seia D. António Manuel de Meneses.

Veio posteriormente a ser propriedade de José Avelino da Costa Amaral que não o chegou a habitar e que o vendeu mais tarde ao Visconde de S. Tiago de Caiola, pertencendo de seguida a D. José Saldanha da Gama 2º marido da Viscondessa em usufruto.

Em 1904 foi integrado nos bens dotais da futura esposa de D. Vasco de Sequeira Bramão, ficando na sua posse plena entre 1910 e 1977, data em que passou a pertencer à Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Em 1983, o palácio foi adquirido pelo Instituto Português de Ensino a Distância para sede da actual Universidade Aberta, sofrendo um longo processo de recuperação, reabilitação e restauro que não foi entendido como mera operação de análise técnico – económica ou de renovação imediatista, mas sim, num sentido amplo e profundo privilegiando uma avaliação da qualidade espacial perante a clara identificação da função dos diversos espaços¹⁹ e conseguindo de novo recuperar o sentido de unidade do seu originário projecto. Actualmente o edifício apresenta graves patologias carecendo de obras de restauro ao nível da fachada tardoz.

O edifício que hoje nos é dado a observar ocupa no terreno um lote de configuração rectangular que acompanha o declive topográfico, beneficiando de três frentes (Rua da Escola Politécnica, Rua de S. Mamede e Rua do Noronha, as três vias já marcadas topograficamente quando da sua construção). A planta tem a configuração de um U e o espaço envolvente é ocupado pelo jardim que se desenvolve em dois níveis descendentes, limitado a Sul por um muro de alvenaria.

Esta interessante peça da arquitectura civil pós-terramoto reúne curiosos exemplos de diversas combinações de influências arquitectónicas. Podemos mesmo afirmar que as normas pom-balinas estão presentes no sistema construtivo de “gaiola”, nos ritmos e dimensões dos vãos. Desenvolvendo-se horizontalmente de modo a separar por andares as suas principais funções, destaca-se uma atenção particular ao conjunto Portal / Janela do

¹⁹ Através da iniciativa do então presidente do Instituto Português de Ensino a Distância, foi possível realizar nos anos 80 um projecto de Recuperação deste edifício, constituindo-se uma equipa técnica liderada pelo arquitecto António Baião. A obra foi executada por aproximações sucessivas de forma a garantir controlo e rigor sobre a sua qualidade, impedindo a destruição ou o desvirtuamento dos elementos arquitectónicos. Veja-se António Magalhães Baião, “Memória Descritiva” in *Projecto de Licenciamento de Alterações*, apoiado pelo IPPC e pela CML, Lisboa, 1989.



[Fig.5] – Palácio Rebelo de Andrade – Fachada, Foto Universidade Aberta

²⁰ Recupera a tipologia ou modelo joanino referenciando-se na casa nobre Ludovice a São Pedro de Alcântara. Veja-se *A Sétima Colina. Roteiro Histórico-Artístico*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994.



[Fig.6] – Fachada pormenor, janelas do andar nobre, Foto Universidade Aberta

andar nobre, um elemento tardo – barroco – ou mesmo se quisermos designar como um elemento “revivalista”²⁰ – permanecendo um certo afastamento entre a rua e o local de vivência dos seus proprietários. Por tais razões e por uma acentuada intenção barroca na sua decorativa e cenográfica fachada que se impõe à rua, esta casa terá tido muito certamente risco de arquitecto, ainda sem autoria por inexistência de documentação.

Numa leitura formal mais cuidada observamos que o edifício hoje não corresponde ao seu projecto inicial. Com uma evidente execução cuidada assentando sobre um piso semi-encavado de abóboda de tijolo descarregando sobre pilares / contrafortes em pedra, na sua primitiva forma apenas existia um piso térreo e um andar nobre com janelas de sacada. A imagem equilibrada desta construção nobre veio a ser desvirtuada com o acrescento de um segundo andar em meados do século XIX, bem integrado e disfarçado com a solução de adossar à parede duas pilastras rusticadas dispostas lateralmente ao eixo central do Portal / Janela prolongadas até à cimalha. O portal enquadrado por três temas em forma de volutas trabalhadas, marca alguma diferença sobre os outros edifícios da rua. [Fig.5]

A severidade da fachada principal em reboco liso pintado é composta por onze vãos guarnecidos de cantaria trabalhada com frontões sobre lintel, sacadas e varandas de ferro fundido. [Fig.6]. O 2º andar, rematado por uma platibanda tem igual número de vãos em janelas de peito guarnecidas de cantaria simples. O embasamento é feito através de um soco alto em pedra e grandes cunhais também em pedra.

Estamos em presença de um edifício de grande rigor no seu desenho da fachada, preso a elegâncias formais do trabalho das cantarias. Talvez neste caso, o estudo desta casa passe pela análise e descrição das suas frontarias, pois é aqui que frequentemente prevalecem sinais da sua identidade.

O interior desenvolve-se a partir de uma escadaria simétrica [Fig.7] bem conseguida no seu aparato, rematando numa balaustrada suspensa com acesso ao piso nobre, que se desenvolve em cinco salas contíguas, num eixo horizontal que impõe uma nova organização de circulação no espaço interior da casa. Este atributo construtivo – o corredor – marcará tipologicamente e definitivamente uma racionalidade, uma funcionalidade e por fim, uma identidade no espaço do habitar de Setecentos.

Outra marca deste interior é realçada pelo importante espólio de azulejaria rococó, já inventariada²¹, não cabendo nestas linhas a sua análise.

Por fim, se por um lado a sua estrutura se integra no esquema de construção e na própria relação da rua onde se insere, o mesmo não acontece com a sua gramática decorativa, especificamente concentrada na fachada de grande expressividade autónoma. Ultrapassando o



[Fig.7] - Pormenor da Escadaria, Foto Universidade Aberta

²¹ Este exemplo é bem sintomático da importância da função social do azulejo nos interiores domésticos. Veja-se Maria Alexandra Trindade Gago da Câmara, *A Arte de Bem Viver*, op. cit., pp. 141-197.

pragmatismo funcional, o que verdadeiramente este exemplo nos demonstra é uma evidente permanência do estilo joanino. Este gosto por deixar-se “contaminar” por diversas e distintas influências deixa bem expresso a vontade do seu encomendador e a forte marca imposta na arquitectura civil deste período que oscila ainda entre o modelo palaciano de raiz joanina e o modelo predial de rendimento de raiz civilista.

Em suma, apercebemo-nos através do exemplo que escolhemos como ao longo da segunda metade do século XVIII, se desenha em Lisboa um mundo paralelo à corte que impulsionado pelo terramoto impõe modelos, gramáticas e parâmetros estéticos no seu quotidiano e no modo de habitar a cidade.

Anexo – Cronologia das alterações do edifício

1755-1769 teria inicialmente planta em forma de L constando de cave, andar térreo e 1º andar.

1830-1840 ? – Construção do 2º andar.

Na fachada nota-se o diferente tratamento dado às cantarias, que fazem o guarnecimento dos vãos a interrupção do cunhal (junto às oficinas da Imprensa Nacional), a diferença de dimensões dos cunhais entre o 1º e 2º andares, bem como as caixilharias na parte tardoz do edifício.

Segunda metade a finais do século XIX.

Revestimento a azulejo da fachada tardoz do edifício. Construção de escada semi-circular, em pedra, de dois lances simétricos, com degraus baixos, ligando o jardim ao r/chão.

1911 – Aproveitamento do sótão, construindo-se 13 trapeiras.

1912 – R/chão - Transformação de duas portas da Rua da Escola Politécnica em janelas de peito.

1º andar – Divisão do salão na ala Oeste (confrontando com a Rua do Arco) em 3 salas ficando todas com janelas. Execução de tectos falsos e remoção ou troca de painéis de azulejos.

Escada – Construção do lanternim na traseira, apoiado sobre pilares de ferro e destinado a encerrar a escada de ligação entre o 1º, 2º e 3º andares. Construção de terraços (varandas) em abobadilha de tijolo com vigamento em ferro. Constava do projecto de execução, duas escadas exteriores de caracol nos extremos dos terraços. Uma vez que estas não foram construídas e dada a existência de uma escada exterior de caracol, em ferro, junto ao lanternim, ligando o jardim ao 3º andar, presume-se que esta seja deste período.

1914 – Cave - Construção de paredes divisórias junto à Rua do Arco e rebaixamento do passeio para entrada de veículos. Datar desta época o fecho de uma escada de ligação ao r/chão e a abertura de uma porta exterior para a Rua do Arco.

1918 – Construção de um anexo, paredes meias com o edifício existente, com serventia pela Rua do Arco, constando de dois pisos e saguão posteriormente utilizável.

1931 – 2º e 3º andares

Devido a ocorrência de um incêndio por mau isolamento da chaminé, no 2º andar, procede-se à demolição do telhado, sua reconstrução bem como a reparação de paredes, tectos e caixilharias do 2º e 3º andares. Por “aproveitamento”, elevado o telhado no corpo central do edifício, sendo eliminadas duas trapeiras e aumentado o pé direito das salas abrangidas, reconstruindo-se os tectos.

1946 e 1948 – 2º 3º andares

Ocorrência de incêndios por deficiente isolamento dos fogões de sala.

1969 – 2º andar

O proprietário pede autorização á C.M.L. para a execução de alterações interiores que consistiam na adaptação deste piso em 8 apartamentos (1 T3, 3 T2 e 4 T1). As alterações incluíam a demolição do lanternim e escada de caracol por alegado “desvirtuamento” da fachada tardoz. O processo , arquivado por “desinteresse” do proprietário. É provável ser desta época a construção (clandestina) de uma escada de betão ligando a cave ao 3º piso, bem como um entrepiso em lage de betão no 1º andar e dois elevadores na ala Este do edifício.